



f [jornaloestadoce](#)
X [@jornaloestadoce](#)
YouTube [www.youtube.com/@CanalOEstadoCE](#)
Instagram [@jornaloestado](#)



LOTÉRIAS
▶ MEGA-SENA, # 3018 ▶ 05, 06, 17, 27, 57, 58
▶ TIMEMANIA, # 2403 ▶ 13, 16, 36, 43, 51, 65, 66 AMERICA /RN
▶ LOTOFÁCIL, # 3710 ▶ 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 25
- Resultados atualizados até o fechamento desta edição

ÚLTIMAS

União paga R\$ 834,8 mi em dívidas atrasadas de estados e municípios

A União desembolsou R\$ 834,8 milhões em maio para cobrir dívidas de estados e municípios que deixaram de pagar parcelas de empréstimos e financiamentos garantidos pelo governo federal. No acumulado de 2026, o valor honrado pelo Tesouro Nacional já alcança R\$ 2,2 bilhões.

Os dados constam no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado nessa segunda-feira (15/06) pelo Tesouro Nacional. O levantamento acompanha os pagamentos realizados pelo governo federal quando entes subnacionais não cumprem obrigações financeiras assumidas com instituições credoras.

O Rio de Janeiro concentrou a maior parte dos pagamentos realizados no mês passado. O Tesouro cobriu R\$ 619,61 milhões em dívidas do estado, o equivalente a aproximadamente 74% do total desembolsado em maio.

O Rio Grande do Sul apareceu em seguida, com R\$ 212,36 milhões pagos pela União. O Rio Grande do Norte também precisou da cobertura federal, com R\$ 2,66 milhões em compromissos financeiros quitados pelo Tesouro.

Entre os municípios, a União honrou R\$ 99,88 mil em dívidas da Prefeitura de Paraná, no Tocantins, e R\$ 67,91 mil referentes a obrigações de Santanópolis, na

Bahia. Embora os valores municipais sejam menores, eles também passam a ser cobrados dos respectivos entes por meio dos mecanismos de contragarantia previstos nos contratos.

As garantias da União funcionam como uma proteção oferecida aos bancos e às instituições multilaterais que concedem crédito a estados e municípios. Quando um ente federativo contrata uma operação garantida pelo Tesouro, o governo federal assume o compromisso de quitar as parcelas caso o devedor deixe de fazê-lo.

Essas operações podem envolver bancos nacionais e organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A garantia federal reduz o risco para o credor e pode permitir que estados e municípios obtenham financiamentos com juros menores e prazos mais longos.

Desde 2016, o governo federal já desembolsou R\$ 88,73 bilhões para honrar dívidas garantidas de estados, municípios e outras entidades. O montante evidencia o peso das dificuldades fiscais dos entes subnacionais sobre as contas da União. A maior parte desses recursos, entretanto, ainda não pôde ser recuperada pelo Tesouro. Dos R\$ 88,73 bilhões pagos desde 2016, cerca de R\$ 80,96 bilhões estão relacionados a situações em que a execução das contragarantias foi suspensa ou limitada.

Interior amplia participação e passa a responder por 38,56% do PIB do Ceará

Em valores nominais, a produção econômica dos municípios interioranos avançou de R\$ 79,21 bilhões para R\$ 89,55 bilhões

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) ainda concentra a maior parcela da atividade econômica do Ceará, mas o interior vem ampliando participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Em 2023, os municípios fora da RMF responderam por R\$ 89,55 bilhões, equivalentes a 38,56% do PIB cearense, estimado em R\$ 232,23 bilhões.

No mesmo ano, a RMF movimentou R\$ 142,68 bilhões e concentrou 61,44% da economia estadual. No interior, a participação aumentou de 37,09%, em 2022, para 38,56% em 2023. Em valores nominais, a produção econômica dos municípios interioranos avançou de R\$ 79,21 bilhões para R\$ 89,55 bilhões.

Entre 2022 e 2023, porém, a participação do interior cresceu aproximadamente 1,5 ponto percentual. Na comparação de longo prazo, entre 2002 e 2023, o avanço foi superior a três pontos percentuais, com a fatia interiorana passando de 35,52% para 38,56%. As informações integram o estudo sobre o Produto Interno Bruto das regiões de planejamento do Ceará, elaborado pela Diretoria de Estudos Econômicos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), órgão vinculado à Secretaria do



A participação aumentou de 37,09%, em 2022, para 38,56%, em 2023

Planejamento e Gestão do Governo do Estado.

Cariri

Depois da Grande Fortaleza, o Cariri aparece como a segunda região com maior peso na economia cearense. A participação, que tem gravitado em torno de 7,5%, alcançou 8,04% em 2023, reforçando o papel da região como polo de comércio, serviços, educação, indústria e saúde no sul do Estado.

O Sertão de Sobral e o Vale do Jaguaribe também se destacam, com participações superiores a 4% do PIB estadual. As duas regiões exercem influência sobre cadeias produtivas que envolvem indústria, agrope-

cuária, comércio, serviços e atividades exportadoras.

A Serra da Ibiapaba apresentou ganhos. Em 2023, a região atingiu 3,1% do PIB cearense, sendo a única, além dos principais polos econômicos, a permanecer na faixa dos 3%. Outro conjunto relevante é formado por seis regiões com participações próximas de 2%: Sertão Central, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Centro-Sul, Sertão dos Crateús e Litoral Leste. Em 2023, a presença desse grupo variou de 2,86%, no Sertão Central, a 2,16%, no Litoral Leste.

Per capita

Segundo o analista de

Políticas Públicas do Ipece, Daniel Suliano, ao analisar a evolução da relação entre o PIB per capita do interior e da RMF para 2023, é possível perceber redução da diferença entre elas na medida em que a relação entre interior/RMF ficou em 50% neste ano, enquanto em 2002 era de 42%. A desigualdade entre a Grande Fortaleza e o interior em termos de PIB per capita pode ser explicada pelo fato de que sete dos dez municípios com maior PIB per capita estão localizados na RMF, possuindo, todos eles, um PIB per capita superior à média do Estado.

MAIS CONTEÚDO ACESSE
[www.oestadoce.com.br](#)

Motta convoca reunião de líderes para votar PL do fim da escala 6x1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), anunciou nessa segunda-feira (15) que convocou para a tarde desta terça-feira (16) uma reunião do colégio de líderes para tratar do projeto de lei (PL) nº 1.838/2026, do Governo Federal, que acaba com a escala de seis dias de trabalho para cada dia de folga, a 6x1. O objetivo do deputado federal é ter pontos do texto esclarecidos pelo relator, deputado federal Leo Prates (Republicanos/BA).

Encaminhado pelo governo Lula (PT) em abril deste ano, o projeto de lei fixa em 40 horas semanais o limite da jornada normal de trabalho na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e oito diárias, além de garantir ao trabalhador dois

repouso semanais remunerados de 24 horas consecutivas. Por ter sido encaminhada em regime de urgência, a proposta está trancando a pauta do plenário da Câmara, que somente pode deliberar propostas de Emenda à Constituição (PECs), Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) e requerimentos de urgência até que o projeto seja votado.

“Convoquei reunião de líderes para amanhã (16), às 14h. Na ocasião, o deputado @leo-pratesba vai esclarecer pontos do seu parecer sobre o PL que acaba com a escala 6x1, apesar de já termos aprovado a PEC sobre a redução da jornada de trabalho. Com a apreciação da matéria, destravamos a pauta da Casa”, escreveu Motta nas redes sociais.

Na quinta-feira (11), Motta designou o deputado Leo Prates, que também relatou o texto da PEC que acabou com a escala 6x1, como relator do projeto. O texto aprovado no final de maio reduziu a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e estabelece a escala de cinco dias de trabalho por dois de folga (5x2). Atualmente, a PEC está em análise no Senado Federal.

Misoginia

Além do projeto de lei que acaba com escala 6x1, os líderes vão debater ainda o PL nº 896/2023, que equipara a misoginia ao crime de racismo, o que a torna inafiançável e imprescritível. Na quarta-feira (10), a coordenadora do Grupo de Trabalho que debate a pro-

posta, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), apresentou uma nova versão do texto, que já foi aprovado no Senado. “Já a deputada @tabataamaral-sp apresentará os resultados do GT da Misoginia. Devemos votar os dois projetos em plenário ainda nesta semana”, completou Motta.

A relatora alterou principalmente a definição de misoginia. “A fim de preservar a uniformidade conceitual da legislação penal e processual penal sobre o tema, propomos a substituição dos termos ‘ódio’ e ‘aversão’, previstos no projeto para a caracterização da misoginia, pelas expressões ‘menosprezo ou discriminação’ em razão da ‘condição de mulher’”, escreveu a deputada. *(Com Agência Brasil)*



CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS ESTADUAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CNPJ: 63.367.700/0001-39
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Diretoria da CAFAZ - Caixa de Assistência dos Servidores Fazendários Estaduais, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.406/2002, do Código Civil, e em cumprimento ao que determinam os Arts. 13, §3º; 14, II; 15, I, §§ 1º e 2º; 16; 17; 18; 19 e 20 do seu Estatuto Social, considerando a relevância da matéria submetida à Assembleia Geral, destinada à apreciação da proposta de alteração do Estatuto Social para adequação às novas exigências regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, comunica a prorrogação do prazo de votação até o dia 30 de junho de 2026, às 17h.
A medida tem por objetivo assegurar maior participação dos associados em tema de significativa importância institucional, permitindo que todos disponham de tempo adequado para análise das alterações propostas e exercício do direito de voto. Em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, transparência e ampla participação democrática, entende-se conveniente a ampliação do prazo originalmente estabelecido. Dessa forma, busca-se conferir ainda maior legitimidade ao processo deliberativo e assegurar que a decisão reflita, de maneira representativa, a vontade dos associados.
Novo prazo final para votação: 30/06/2026, às 17h, no horário de Fortaleza/CE.
Fortaleza/CE, 16 de junho de 2026.
DIRETORIA DA CAFAZ

SINDELETRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente edital ficam convocados os associados deste sindicato pelo gozo de seus direitos sociais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 19 de junho de 2026, às 18:00 horas em primeira convocação, caso não ocorra quorum, às 18:30 horas em segunda convocação com qualquer número de sócios presentes. A Assembleia será realizada no auditório do SINDELETRO, sito à Rua Antonio Pompeu, 141, Centro, Fortaleza-CE., a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Prestação de Contas do exercício de 2025 e Orçamento Anual 2026, conforme parecer do Conselho Fiscal.

Fortaleza, 15 de junho de 2026.
José Raimundo de Freitas Costa
Presidente SINDELETRO